



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O GÊNERO E SUAS NUANCES NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DA DESCONSTRUÇÃO DO CABRA MACHO À VISIBILIDADE DA MULHER

Pedro Paulo Souza Rios; Edonilce da Rocha Barros; André Ricardo Lucas Vieira;
Viviane Brás dos Santos; Adriana Oliva da Silva

Universidade do Estado da Bahia – UNEB peudesouza@yahoo.com.br

RESUMO: Durante séculos à mulher foi negado o direito de ser protagonista de sua própria história. Assim, o ser mulher era, e ainda continua sendo em muitos contextos, sinônimo de docilidade e submissão, tendo por espaço de atuação a esfera privada, onde se concentram as atividades domésticas e de reprodução, tais como o cuidado com o lar, o marido, os filhos, atividades exercidas não por méritos próprios, antes por generosidade dos homens, fazendo assim com ela coparticipe, de maneira invisibilizada, das atividades. Acontecimentos históricos contribuíram para despertar a sociedade acerca da questão da mulher. Um exemplo para ilustrar o que estamos dizendo foi o que aconteceu na Europa, no século XVIII, a partir dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, aflorados pós Revolução Francesa, onde homens e mulheres começaram a perceber que a igualdade ou era para todos os indivíduos ou não era para ninguém. Com a Revolução Industrial, em meados do século XIX, a forma de vida familiar tradicional passa sofrer grandes transformações. A região Semiárida do Nordeste Brasileiro foi e continua sendo apresentada e representada de maneira estereotipada, nesse perspectiva o ser homem e o ser mulher também estão dentro nessa lógica. Apresentaremos aqui uma breve demonstração de como isso se propaga nas representações de gênero que associam a figura do homem sertanejo ao “*cabra macho*” e arretado, destemido e corajoso. Este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir a questão de gênero nas práticas sociais e políticas do Assentamento Nova Canaã, ao tempo em que busca refletir acerca das atividades desenvolvidas pelas mulheres assentadas, procurando evidenciar até que ponto as mesmas promovem o protagonismo dessas mulheres. Para a realização deste estudo utilizou-se das abordagens qualitativas. Os sujeitos da pesquisa foram os assentados e assentadas do Assentamento Nova Canaã – Pindobaçu – Bahia.

Palavras-chave: Relações de gênero; Semiárido; Visibilidade.

INTRODUÇÃO: O GÊNERO INVISIBILIZADO



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Durante séculos da história parte da humanidade foi “naturalmente” invisibilizada. De acordo com Scheffle (2002) vai ser a partir da segunda metade do século XX que as mulheres passam a ser reconhecidas em estudos sociais e históricos. A elas foi negado o direito de serem protagonistas de sua própria história. Assim, o ser mulher era, e ainda continua sendo em muitos contextos, sinônimo de docilidade e submissão, tendo por espaço de atuação a esfera privada, onde se concentram as atividades domésticas e de reprodução, tais como o cuidado com o lar, o marido, os filhos, atividades exercidas não por méritos próprios, antes por generosidade dos homens, fazendo assim com ela coparticipe, de maneira invisibilizada, das atividades.

No processo histórico das civilizações a mulher não se auto representa, para isso era necessário a figura do macho, sendo representado no patriarcado¹ pela figura do pai, por meio do direito paterno (PATEMAN, 1995) e ampliado no capitalismo, para a figura masculina, onde se inclui a dominação do pai, dos irmãos, dos maridos, dos chefes e do Estado sempre representado pela virilidade masculina. Prevalece assim a teoria de Weber (1977) que defende a hierarquização da sociedade, legitimando o sistema patriarcal por meio de uma “autoridade que sempre existiu”.

Com o advento do Movimento Feminista no final da década de 60, do século XX, tendo sua efervescência nas duas décadas seguintes, refletiu-se sobre a necessidade de assegurar às mulheres o direito de serem elas mesmas protagonistas dos processos históricos individuais e também coletivos e, garantindo conseqüentemente, uma escrita da história comprometida com a necessidade de re/pensar as relações sociais em sua multiplicidade. Isso implica em uma problematização da própria história, ao tempo em que se exige a historicização dos elementos conceituais que tem servido como instrumentos na feitura de um processo histórico que pensa as mulheres como meros sujeitos e objetos da prática histórica.

Michelle Perrot (1992, p. 49), ao afirmar que: “Da História, muitas vezes a mulher é excluída”. Faz emergir uma preocupação que há muito envolve os/as

¹ No sentido literal, o patriarcado significa governo do pai, ou direito paterno. Patriarcado é uma palavra derivada do grego *pater*, e se refere a um *território* ou jurisdição governado por um patriarca. O uso do termo no sentido de orientação masculina da organização social aparece pela primeira vez entre os hebreus no século IV para qualificar o líder de uma sociedade judaica; o termo seria originário do grego helenístico para denominar um líder de comunidade.



intelectuais que estudam as questões relacionadas às mulheres. Simone de Beauvoir, em sua obra *O segundo sexo* (1949), reafirmou incisivamente que a história estava incompleta, mesmo que ela se pretendesse “universal”, na realidade desconsiderava uma metade importante da humanidade, as mulheres. Para Gonçalves (2006), não era de se estranhar, portanto, a predominância na narrativa histórica de preocupações com o político e com o público, as quais entronizavam os homens em suas façanhas e heroicas, excluindo quase que por completo, as mulheres enquanto protagonistas e produtoras da história.

2 A EMERGÊNCIA DO GÊNERO

Ao longo da história a trajetória das mulheres tem sido marcada por processos descontínuos, fragmentados, resultante de transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, vivenciados pela da sociedade. De acordo com Monteiro (2007), com o nascimento do positivismo a sociedade começou a questionar a ordem natural das coisas ao tempo em que questiona sobre o porquê das mesmas. Durante milênios, tanto no Ocidente como no Oriente, as mulheres têm sido consideradas cidadãs de segunda classe, ou apenas as outras, elas não são para si mesmas, são para os outros: pai, marido, filhos.

Acontecimentos históricos contribuíram para despertar a sociedade acerca da questão da mulher. Um exemplo para ilustrar o que estamos dizendo foi o que aconteceu na Europa, no século XVIII, a partir dos ideais de justiça e fraternidade, aflorados pós Revolução Francesa, onde homens e mulheres começaram a perceber que a igualdade ou era para todos os indivíduos ou não era para ninguém. Com a Revolução Industrial, em meados do século XIX, a forma de vida familiar tradicional passa sofrer grandes transformações.

De acordo com Fischer (2006) anterior a esse período o trabalho das mulheres se concentrava apenas ao espaço privado. É também nesse período que pela primeira vez a mulher começa a ser considerado um problema social. Nesse período, de acordo com



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Monteiro (2007), a mulher passou a ser uma incógnita da existência, um mistério a ser decifrado em termos científicos, uma vez que começa a sair da invisibilidade. Nessa mesma perspectiva Scott (1992), vai dizer que a história das mulheres surge como campo definível principalmente a partir da década de 60 do século XX. Os estudos feministas nascem influenciados pelo movimento dos direitos civis.

Nas últimas décadas os estudos de gênero, utilizando de muita criatividade, sensibilidade e imaginação, procurando transpor o silêncio e a invisibilidade a que estavam relegadas as mulheres e os homens e suas relações, trouxeram à tona um grande acervo documental, que perpassam desde a legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, até canções, provérbios, literatura, cronistas e folcloristas, além das memórias, manifestos, diários, fontes eclesiásticas e médicas. Os estudos de gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstituir experiências excluídas.

2.1 As relações sociais de gênero no Semiárido

A região Semiárida do Nordeste Brasileiro foi e continua sendo apresentada e representada de maneira estereotipada. Nessa lógica os conhecimentos, as culturas, as religiosidades, as tradições, a fauna e flora, a vegetação e toda forma de expressão que remeta a ideia de Nordeste foi e continua sendo apresentado aos “*outros*” a partir de estereótipos. O ser homem e o ser mulher também estão dentro nessa lógica. Apresentaremos aqui uma breve demonstração de como isso se propaga nas representações de gênero que associam a figura do homem sertanejo ao “*cabra macho*” e arretado, destemido e corajoso. Já a mulher é representada pela sua fragilidade e submissão, ainda que a mesma seja reconhecida “*mulher macho*” diante das adversidades da região, contudo, perante a figura masculina ela é considerada frágil e submissa. (Albuquerque Junior, 1999)

O perfil do homem e da mulher nordestina também aparece intimamente ligado a essa imagem, sendo retratado quase sempre pela sua condição de miserabilidade. Podemos encontrar nas mais diferentes manifestações artísticas e literárias a figura da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mulher rodeada de crianças, geralmente com expressão que nos remetem à imagem da fome e da seca, enquanto seus companheiros engrossavam a fileira dos retirantes. E por essa ótica o Semiárido foi produzido, reproduzido e perpetuado durante intensas décadas.

Outro elemento constitutivo da identidade de gênero do sertanejo é a concepção do “*cabra-forte*”, que foi fortemente perpetuada ao longo do século XX. De acordo com Albuquerque (2013) o Nordeste foi emoldurado pelo mito da necessidade ao ser muitas vezes privados de seus direitos mais fundamentais, homogeneizados em sua diversidade, em razão do olhar de estranheza e da força da opressão, e encarnam em sua cultura e em seu modo de ser o mito do “*nordestino cabra-da-pestes*”, valente, honrado, destemido e religioso, mas também agregado, vassalo, submisso e acrítico em relação à sua própria condição. Nessa concepção a mulher também é um ser masculinizado, ela precisa ser “*mulher macho*.” Sua identidade feminina é suprimida pelas adversidades do clima e da história. Essa concepção acaba por contribuir para a permanência, inclusive, da violência contra as mulheres e, ao mesmo tempo, alimentar um modelo de masculinidade, que tenta manter um tipo de relação entre homens e mulheres que viria desde o período colonial e que, por isso mesmo, é vista como natural.

Fomos acostumados apenas a essas imagens acerca do Semiárido, tão bem representadas nos jornais, na música, na poesia, na literatura e principalmente por meio do livro didático produzido de forma descontextualiza no eixo sul/sudeste do Brasil e difundido como verdade na região nordeste. E quase que exclusivamente por essa ótica o Nordeste passou a ser conhecido.

Nesse processo era desconsiderado o povo, a cultura, a arte, a religiosidade e a identidade do ser homem e do ser mulher no Sertão, prevalecendo a figura patriarcal e machista centrada no coronel. A partir da primeira metade do século XX, novos olhares em torno dessa realidade começam a surgir, principalmente quando pesquisadores/as das mais diferentes áreas do conhecimento, com predominância das ciências humanas, fazem uma releitura, agora com mais criticidade sobre a complexidade que permeiam as relações estruturantes presentes no Semiárido.



A década 1980 se configura como o estopim para a discussão e consolidação de grupos sociais organizados e articulados em defesa das mais diferentes causas, dentre elas uma parcela significativa da população que foi excluída de todo processo político, cultural e econômico. Para exemplificar o que estamos dizendo podemos citar o Movimento Muda Nordeste, que desponta denunciando a situação de miséria em que o Nordeste estava submetido (FAVERO, 2002) e o Movimento Feminista com a reflexão em torno das questões de gênero. Vale ressaltar que a pesquisa em torno das questões de gênero não nasce necessariamente nesse período, mas é nesse momento que se dá o grande passo.

Em “*A Invenção do Nordeste*” Albuquerque Junior (1999), vai dizer que a construção da masculinidade nordestina está intimamente ligada à ideia de um sujeito que represente a região, sendo assim essa representação começa a ser constituído no início do século XX, período em que segundo o autor se “inventou” o Nordeste. Nessa perspectiva a escola e todo seu processo formativo serão os grandes responsáveis pela construção confirmação ou negação desses estereótipos.

3 NOVAS RELAÇÕES NO SEMIÁRIDO: INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO

Na história à mulher sempre coube o papel de coadjuvante. Essa nunca foi protagonista da história e nem sequer escreveu a sua própria história, e há durante séculos afirmou-se que nem história elas tinham. Eram invisibilizadas nas histórias de seus pais, maridos e filhos. De acordo com Scott (1992), é só em meados da década de 60 do século XX que começa a se desenhar um campo de história das mulheres.

Em Canaã as mulheres são maioria e atuam em todos os espaços deliberativos do Assentamento. Algumas delas algumas vezes nem reconhecem a importância da sua participação nas reuniões e assembleias, classificando apenas como atividades obrigatórias a todos os assentados. Outras, no entanto reconhecem a importância da participação e da militância das mulheres nesses espaços, Marivanea, uma das



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

lideranças do assentamento é uma dessas: “É muito importante sim que a companheirada participe, nós mulheres, temos que contribuir com a transformação, essa tarefa não é só dos companheiros”.

3.1 A invisibilidade cotidiana

As atividades desenvolvidas pelas mulheres muitas vezes são invisibilizadas, isso se dá em parte porque a divisão tradicional de papéis distintos para mulheres e homens se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível.

Inúmeras são as atividades desenvolvidas pelas mulheres assentadas em Canaã. Elas são as únicas responsáveis por toda atividade considerada do âmbito privado, tais como a manutenção da casa, o cuidado com os animais domésticos, com os filhos, pelos quintais agroecológicos e em parte, são responsáveis também pela lavoura junto aos seus companheiros. Contudo essas atividades nem sempre são reconhecidas como trabalho, já que as mesmas não geram renda. Jucicleide fala que: “Muitos dos companheiros pensam que só eles trabalham, mas não sabem o que é colocar uma gota de água em casa”. Edineia argumenta que: “Mesmo a gente indo pra roça com eles (os companheiros) quando a gente chega vai pra cozinha enquanto eles ficam assistindo TV, ou simplesmente descansando”.

Pensamos que aqui caba o paradoxo a invisibilidade é visível. Para Terezinha eles sabem que as mulheres trabalham duro, mas não querem é reconhecer. Afirmo ela: “Os companheiros sabem da nossa jornada dura de trabalho, eles só não querem admitir”. Dessa maneira, todo fazer cotidiano das mulheres posseiras fica invisibilizado.

3.2 O protagonismo das mulheres assentadas

Nas últimas décadas o que se tem percebido é um intenso embate dentro e fora das estruturas dos movimentos sociais rurais que as mulheres conquistaram espaço para trazer as questões de gênero e fazer da mulher independente e uma bandeira dentro de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

uma perspectiva libertadora e estender essa conquista a todas as companheiras, mulheres “invisíveis” rurais. Para Jucicleide: “Ser mulher posseira não é tarefa fácil não”. A luta das posseiras passa despercebida ou é invisibilizada pelos seus companheiros.

Em Canaã esse debate já saiu do papel assumindo um lugar de destaque nas assembleias do Assentamento. Percebemos a participação de muitas mulheres nos momentos coletivos, contudo algumas dessas participações acabam reforçando um modelo patriarcal e androcêntrico, no qual todo poder de decisão emana da figura masculina. Edineide nos conta que: “As mulheres já participam das decisões.” Ainda de acordo com ela: “Muitas (se referindo as mulheres) nem vinha para as assembleias, era só os maridos, agora não. A gente vem participa e ainda opina e não gostar pode discordar”. Esse é um momento importante para a visibilidade das mulheres. Elas começam a atuar nos espaços públicos, o que segundo Fischer (2006) esse espaço enquanto espaço de reivindicação constitui uma alteração significativa em relação ao passado patriarcal da sociedade brasileira.

Para Terezinha as mulheres agora são felizes: “Pois podem sair da cozinha e acompanhar seus maridos nos lugares que antes era só de homens. A gente agora não precisa ficar escondida na cozinha ou na roça”. A visibilidade da mulher posseira caminha a passos lentos, contudo esses são imprescindíveis na construção da equidade das relações de gênero. Esse espaço se configura, portanto como um espaço de atuação política, no qual a mulher tem voz e vez e contribui efetivamente na solidificação de uma nova hegemonia na relação de gênero, à medida que ela se torna sujeito de sua própria história. Isso é o que vem acontecendo em Canaã, conforme Terezinha: “Aqui já temos muitas mulheres participando das coisas. Marivânea (uma das lideranças do Assentamento) é um exemplo disso. Ta sempre lutando por melhoria e todo mundo respeita e reconhece”.

Concordamos com Fischer (2006, p. 57) quando afirma que: “Ao participar das lutas no campo, a mulher ganha espaço que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público”. Marivânea, liderança do Assentamento



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

citado por Terezinha, pode tranquilamente ser mencionada para ilustra o que estamos dizendo. Liderança com voz ativa e sempre atuante. Para ela: “É um direito das mulheres entrarem na luta com os companheiros, mesmo que esse direito tenha sido negado por muitos anos. Se as mulheres não mostrarem a cara não seremos vistas”.

A transição da invisibilidade ao protagonismo se faz cotidianamente por meio de um processo contínuo. As mulheres em Canaã bem sabem que essa não se configura em uma tarefa fácil, ao contrária, ela se mostra árdua e densa, porém necessária. Assim vale ressaltar que não é o suficiente dar visibilidade as mulheres, é necessário que as mesmas rompam com os papéis que historicamente lhe foram impostos, sendo assim é necessário que elas assumam o papel de protagonistas da sua própria história.

4. OUTRA HISTÓRIA NECESSÁRIA: CONSIDERAÇÕES

As análises feitas aqui não são estanques, prontas e acabadas, ao contrário, estão em processo de construção e por isso mesmo vulneráveis a mudanças, afinal elas procuram, mesmo não querendo ser absoluta, dar respostas à organização de homens e mulheres e esses estão inseridos dentro de um processo que se encontra em constante mudança.

Se num primeiro momento a reflexão de gênero no movimento tinha por ponto de partida e de chegada as experiências das companheiras e dos companheiros, hoje as experiências são utilizadas como ponto de partida, permitindo que se busquem em outras fontes, na literatura, na arte, na poesia, no cinema, na academia e nas teorias, experiências que ajudem a pensar a própria prática. Com isso, constata-se que há no movimento uma reflexão mais amadurecida sobre a temática.

Há por parte do movimento uma preocupação em legitimar essa discussão. Preocupação que pode ser constatada nos estatutos e regimentos, no entanto, no fazer cotidiano do Assentamento novas posturas precisam ser consideradas. Percebe-se ainda nas relações do Assentamento, mesmo que velado, um modelo patriarcal, onde a mulher



é submissa ao homem, ainda que se tenha consciência de que esse modelo não corresponde com as expectativas de vivências no Assentamento.

Mesmo que sutil constatamos um emergir na história das mulheres assentadas. Esse emergir conclama para a visibilidade. O que se quer é o reconhecimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres, sejam esses na esfera pública ou privada. As atividades domésticas, de caráter privado e portanto designadas às mulheres, precisam serem reconhecidas como atividades fundamentais no processo de construção social do assentamento e isso implica necessariamente em dar visibilidade ao fazer das mulheres e conseqüentemente numa tomada de postura que é também política.

Os modelos sociais definidos e cristalizados, historicamente, como uma ordem natural, nos quais as mulheres eram consideradas os “*outros*”, vem nos indicando que os mesmos por si só não se sustentam mais. Há um emergir social, cultural e econômico sinalizando a necessidade de novos modelos, sem que sejam necessários cristaliza-los. Nesse emergir há que se considerar a constituição do ser homem e do ser mulher na sua dinamicidade, que se constituem gradualmente num torna-se constante, ainda que Movimentos e Instituições estabeleçam novas práticas de relações de gênero de nada adianta se no fazer cotidiano elas não forem vivenciadas.

Percebemos, então, que a formação acerca da temática de gênero é um dos principais e necessários fatores para garantir, com maior precisão, as mudanças tão almejadas pelo Movimento. É notável, por meio das entrevistas e das observações dos comportamentos cotidianos, a apropriação que seus sujeitos fizeram das proposições teóricas contidas nas linhas políticas de gênero do Assentamento e da educação, como uma nova perspectiva de esperança de libertação. Esta constatação nos leva a concluir que, apesar das dificuldades, os assentados e as assentadas poderão contribuir, efetivamente, para a implementação da prática das linhas de gênero no Movimento. Essa assimilação da teoria já é um ponto positivo, embora seja insuficiente, para a luta de classes, para a luta pela terra, para a luta ao direito à educação do e no campo e de igualdade de gênero. Precisamos que homens e mulheres, de posse da teoria, edifiquem ações de mudança. Necessitamos, ainda, que esses novos sujeitos sociais sejam capazes



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de realizar os protagonismos históricos necessários à construção de uma nova sociedade mais justa para todos os seres humanos.

Não temos receitas prontas ou caminhos definidos, o que temos é a constatação de que como está não podemos continuar e as trilhas a serem percorridas requerem a contribuição de homens e mulheres, militantes e pesquisadores/as da diversidade, presentes nos movimentos sociais, nas universidades, ONG's e nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino. São Paulo: Intermeios, 2013.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. Tradução: Sérgio Milliet. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo. NUPAUB/USP, 1993.

FAVERO, Celso Antunes. Semiárido: fome, esperança e vida digna. Salvador (BA): EDUNEB, 2002.

FISCHER, Izaura Rufino. O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2006.

GONÇALVES. Andréa Lislly. História e Gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAESBAERT. Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Terra, Território e Territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil. In. Anais. Seminário América 500 anos de Dominação, 1990.

MONTERO, Rosa. História das Mulheres. Rio de Janeiro: Ed Agir, 2007.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PERROT, Michelle. “Escrever uma história das mulheres: relato uma experiência” In: Cadernos Pagu. São Paulo: Unicamp. n.4. 1992. pp. 9-28.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Ed. Expressão Popular.2007.

SCHEFLER, Maria de Lourdes. Mulheres guardiãs da Terra e da vida: Proposições para uma análise do espaço na perspectiva de gênero. In: FERREIRA, Sílvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Imagens da mulher na cultura contemporânea. Salvador: NEIM/UFBA, 2002, p. 247 – 265.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade. Vol 16, N2, 5-19, 1990.

SCOTT, Joan. “História das Mulheres. In. BURKER, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

WEBER, Max. Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.